

Maturity and Stagnation in American Capitalism

J. STEINDL

Steindl e o processo de concentração industrial

DALIA MAIMON

Analista Especializada do IBGE

INTRODUÇÃO

O presente comentário visa explicitar os elementos teóricos da obra *Maturity and Stagnation in American Capitalism* de J. Steindl* que importem para a compreensão do processo de concentração industrial nas economias maduras e que possam ser aplicados, após algumas adaptações, às economias onde a estrutura de mercado industrial está em formação. Steindl não se limita a uma interpretação estática da concentração, isto é, montar *cross sections* e detectar graus de concentração. Ao contrário, os diferentes graus de concentração são enfocados num contexto mais amplo que é o processo de acumulação e que tem por consequência o processo de concentração industrial.

Há uma vasta literatura teórica e empírica sobre a estrutura de mercados e a determinação de preços e quantidades produzidas em cada um deles. Mas são raras as análises que mostram o que acarretou a mudança de uma economia onde predominavam mercados de competição pura ou perfeita para mercados oligopolistas, explicando o processo de concentração industrial ao longo do desenvolvimento capitalista. Menos frequentes ainda são as análises que relacionem as partes do sistema com o seu todo, superando o que a dicotomia neoclássica chamou de microeconomia e macroeconomia.

* J. Steindl, "Maturity and Stagnation in American Capitalism". Oxford University Institute of Statistics, *Monograph N.º 4 Oxford Basil Blackwell* 1952 — 248 pag.

O precursor da reintegração das teorias micro e macro foi Michal Kalecki em sua explicação dos ciclos econômicos, quando introduziu o conceito de “grau de monopólio” no seu modelo global de economia. Steindl deu um passo na mesma direção de Kalecki no livro aqui comentado. Desenvolveu uma teoria de longo prazo não se restringindo aos ciclos, mas elaborando uma teoria de investimento de longo prazo.

A divulgação da abordagem teórica de Steindl se deve aos trabalhos de Paul Baran e Paul Sweezy, notadamente em *Capitalismo Monopolista*. No Brasil, a introdução da problemática teórica da obra se deve a Maria da Conceição Tavares em seu livro *Da Substituição das Importações ao Capitalismo Financeiro*. Um dos fatores a limitar uma maior divulgação de Steindl é a dificuldade de acesso à sua obra, já que seus livros estão esgotados mundialmente e uma nova edição não foi preparada ainda. Assim, estes comentários têm em vista também contribuir para a divulgação de seu pensamento entre nós.

Steindl segue a tradição clássica de buscar nas contradições internas do próprio processo de acumulação, as razões das tendências — a estagnação ou crise do sistema. Por estar trabalhando num estágio histórico do desenvolvimento capitalista, não dá ênfase à contradição salário/lucros do modelo clássico, isto é, à competição vertical, mas às contradições entre o potencial de acumulação e a realização dinâmica deste potencial que se dá na esfera de circulação e propriedade do capital. A competição analisada ocorre numa estrutura oligopolista e entre os capitalistas produtivos. A análise não chega a examinar a competição entre os capitalistas do setor real e os do setor financeiro do sistema.

A competição intercapitalista dá lugar a duas situações. A primeira é a tendência à concentração relativa que é movida pela acumulação interna dos lucros das grandes empresas, pela redistribuição de lucros da esfera competitiva para a esfera oligopolista. A segunda apresenta-se quando o mercado deixa de ser competitivo para chegar à etapa de concentração absoluta e a competição reaparece sob a forma de introdução do progresso técnico redutor de custos.

Conceitos Relevantes à Compreensão da Concentração Industrial

Steindl desenvolve uma teoria de acumulação de capital de longo prazo na qual a capacidade de acumular da empresa é definida pela disponibilidade de fundos internos e pelo nível de captação de fontes externas de capital. A expansão da firma e, portanto, seu investimento é determinada pelo grau de endividamento — relação entre a poupança externa e a poupança interna da empresa — refletindo a flexibilidade financeira da mesma e pelo grau de utilização da capacidade, isto é, a relação entre a produção efetiva e a capacidade plena de produção.

O grau de endividamento se dá de acordo com o princípio proposto por Kalecki de que os aumentos destas seriam associados a uma taxa de risco crescente. Recorrer ao mercado de capitais para expansão do investimento significa aumentar o ônus via pagamento de juros no caso de fracasso.¹

1 *Teoria de la Dinâmica Económica*, pág. 93.

“Muitas empresas não recorrem ao potencial pleno do mercado de capitais devido ao “risco crescente” que supõe a ampliação... Toda empresa que pensa em ampliar-se tem que reconhecer o fato de que, dado o capital de empresa, o risco aumenta à medida que é maior a quantidade investida. Quanto maior o investimento em relação ao capital da empresa, maior será, também, a redução do rendimento do empresário em caso do fracasso de seu negócio.”

Supõe-se que dado a estrutura de capital da empresa haveria um limite máximo de endividamento e a partir do qual a liquidez cairia abaixo do nível necessário para manutenção das operações correntes. A partir deste ponto a empresa entraria em condições de insolvência corrente. Portanto, dado o grau de endividamento já atingido pela empresa, à medida que esta se aproxima do nível de insolvência aumenta o fator risco associado ao endividamento, e isto refletirá em taxa de juros cada vez maiores.

A flexibilidade financeira da empresa vai depender então do seu tamanho, classificado segundo seu montante de capital, seja pelo efeito que este tem sobre o grau de risco seja pelo maior poder de acesso que as grandes empresas têm junto às instituições financeiras. Existe, outrossim, uma função positiva entre a poupança acumulada da empresa em proporção ao seu capital investido e a taxa de lucro.

O grau de utilização da capacidade é intimamente relacionado com a idéia de competição imperfeita e com o diferencial de lucro numa mesma indústria. Steindl distingue dois tipos de excesso de capacidade: a deliberada e a indesejada. A primeira faz parte do padrão de crescimento equilibrado de longo prazo e é característica de uma empresa oligopolista, já que para manter sua parcela no mercado e assegurar a sua posição relativa, esta tem que crescer à frente da demanda. A segunda é temporária e, geralmente, ocorre em época de crise de demanda, através da diminuição substancial da produção com a manutenção da capacidade instalada.

No curto prazo, pode-se distinguir a capacidade ociosa deliberada da capacidade ociosa indesejada ao observar-se o comportamento empresarial: se os investimentos crescem proporcionalmente ao aumento da demanda, estava-se trabalhando com capacidade ociosa deliberada; caso contrário, a situação é de capacidade ociosa indesejada. A longo prazo, porém, a capacidade ociosa que se *detecta* é a deliberada, já que situações de desequilíbrio não persistem indefinidamente, e as variações em torno deste nível são devidos aos ciclos econômicos.

A deliberada manutenção de excesso de capacidade explica, juntamente com outros tipos de reservas disponíveis (estoque, matéria-prima, mão-de-obra), a flexibilidade que o sistema econômico tem, em tempos normais, de alterar a produção face a uma rápida modificação da demanda efetiva. É esta flexibilidade que torna possível a existência dos ciclos econômicos e das grandes flutuações da renda real.

Sendo a poupança interna das empresas a variável significativa para os fundos a investir, convém esclarecer da formação dessas poupanças e, portanto, do lucro.

O excedente² no modelo de Steindl é função da estrutura de custo diferencial na indústria e se apoia na teoria da renda da terra de David Ricardo. Para este último, a terra é considerada um fator escasso e de diferentes produtividades, dado os tipos de clima, solo, etc. A medida que aumenta a demanda de produtos agrícolas, terras menos férteis são incorporadas ao processo produtivo, mas a custo unitário mais elevado, pois maior proporção de trabalho e capital será necessária para produzir a mesma quantidade do produto. O conceito crucial neste tipo de abordagem é o do produtor marginal, definido como o de maior custo unitário e não possuidor de excedente. Desta forma, o preço de mercado é igual ao seu custo. A existência de excedente é consequência dos *custos diferenciais*, dado que se supõe um único preço

2 O excedente aqui referido é o diferencial preço-custo.

de mercado. A margem é função da magnitude de demanda e sendo esta sujeita a fortes oscilações, é intrinsecamente variável.

Quando se ajusta a abordagem Ricardiana para explicar excedente numa indústria, o aparecimento dos custos diferenciais está vinculado aos diferentes tamanhos das firmas. Levam-se em conta, outrossim, os diferentes graus de escassez do capital de distintos tamanhos³ e as diferentes oportunidades técnicas abertas para cada volume de capital. Existe uma hierarquia de capitais na indústria com firmas de diferentes tamanhos e com distintas estruturas de custo. Tendo-se em vista o princípio de economias de escala supõe-se que, quanto maior o capital investido, menor será o custo unitário.

Pode-se montar o seguinte esquema: $C_i = f(Z_i)$ onde C_i é o custo unitário da empresa i e Z_i é o capital empregado da empresa i .

$$Z_1 \rightarrow C_1$$

$$Z_2 \rightarrow C_2$$

$$\vdots$$

$$Z_n \rightarrow C_n$$

$$Z_1 > Z_2 > \dots > Z_n \text{ e } C_1 < C_2 < \dots < C_n$$

A firma marginal terá um capital investido igual a Z_n e o valor de n dependerá da extensão da demanda.

A margem é particularmente variável em se tratando de indústrias: não somente os custos unitários são passíveis de mudança como, também, os custos diferenciais. A razão disso é a relativa escassez de grandes unidades de capital; este, porém, não é tão invariável como a escassez de terras férteis; ao contrário, grandes capitais podem crescer em número e extensão. Ao mesmo tempo as oportunidades de assegurar custo diferencial não são fixas; elas estão sempre mudando com o processo de inovação tecnológica.

A taxa de lucro numa indústria será função da formação do lucro diferencial. Faz-se necessário ressaltar como este lucro é obtido e quais são os seus limites superior e inferior.

Dividir-se-á o estudo em duas etapas de acordo com dois modelos abstratos de indústria: as "competitivas" e as "monopólicas". Esta classificação e a conseqüente distinção não ocorre de forma convencional, sendo o seu critério relacionado com o excesso de capacidade. As indústrias competitivas são aquelas onde coexistem pequenas e grandes firmas (firmas marginais). Em situações de insuficiência de demanda o excesso de capacidade reduz-se através da eliminação de empresas marginais, acarretando um processo de concentração. As indústrias "monopólicas" são aquelas constituídas por empresas oligopolistas onde o problema de rigidez tecnológica ou mesmo o processo de concentração acarretam a utilização de capitais de grande porte. Dado que a estrutura já é concentrada, a eliminação de capacidade é ineficaz e, mesmo, impossível. O aumento do grau de monopólio⁴ não se traduz num aumento da taxa de lucro e, sim, na diminuição da utilização da capacidade. Neste caso, o grau de utilização será fortemente influen-

3 Neste caso, Steindl contesta a lei de nivelamento da taxa de lucro de Ricardo, explicitando a permanência de diferentes taxas de lucro para diferentes volumes de capital.

4 O conceito de grau de monopólio foi desenvolvido por Kalecki e representa a relação entre o preço e o custo unitário. *Teoria de la Dinâmica Económica*, pág. 13.

ciado — mesmo no longo prazo — pela demanda. Uma empresa individual só pode reagir ao excesso de capacidade indesejável diminuindo o processo de expansão e/ou depreciação da capacidade.

Concentração Relativa e Absoluta

Nas Indústrias Competitivas

Conforme foi dito acima, nas indústrias competitivas coexistem pequenas e grandes firmas que juntamente satisfazem a demanda agregada. As firmas menores que são as marginais devem ser em número suficiente de modo que a sua produção, como um grupo, seja significativa em relação à produção total da indústria.

A permanência das firmas marginais na indústria significa que, pelos menos, estas não funcionam com prejuízo a longo prazo. Dada a modesta quantidade de capital que utilizam, ficam sujeitas à forte competição provocada pela possibilidade de entrada de novas firmas. Conseqüentemente, o preço de mercado é igual ao custo médio destas empresas e, portanto, estas não usufruem de excedente, ainda que tenham um “lucro normal”.

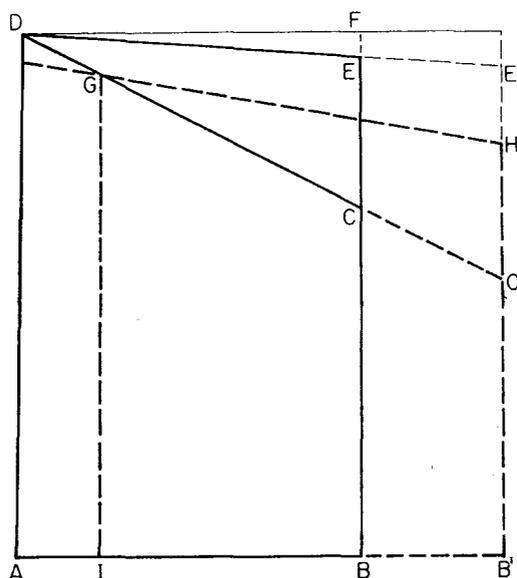
O excedente só estará presente nas grandes firmas e, intrinsecamente, ligado à presença dos custos diferenciais. Como uma maior parcela de lucros tem por conseqüência uma poupança interna maior, a conclusão a que se pode chegar é a de que, quanto maior a empresa, maior será a acumulação interna e, portanto, de maiores fundos disporá para investimentos.

Supor-se-á que os empresários investirão, primeiramente, na sua própria indústria, ou seja, a acumulação interna de uma firma será canalizada para a expansão da capacidade da mesma. Sabe-se que esta hipótese não tem comprovação empírica num estágio de capitalismo maduro, ocorrendo, porém, no início do processo de concentração e só deixará de existir, quando a eliminação de firmas na própria indústria for impossível.

Se a taxa de acumulação das firmas dinâmicas e de menor custo, determinada pela vantagem diferencial de custo, for maior que a taxa de expansão da indústria como um todo, estas têm de assegurar sua posição relativa de mercado.⁵ Para tanto, elas usarão de esforços de vendas que podem significar uma diminuição do preço ou uma manutenção de preço e melhora de qualidade, eliminando as firmas marginais. A porção de mercado das firmas marginais oferece, então, um campo atrativo para as firmas dinâmicas que podem aumentar a produção, às expensas das primeiras, e apropriar-se de uma demanda já existente. É importante destacar que o processo é de longo prazo e que a eliminação é irreversível. A irreversibilidade está vinculada ao fato de que, num período de expansão em que haja uma nova possibilidade de entrada de firmas, estas serão sempre de um tamanho maior do que as que foram eliminadas no momento de crise. A magnitude das firmas marginais (quando estas existem) é crescente ao longo do desenvolvimento capitalista.

⁵ Considera-se aqui como característica de oligopólio a maximização de lucro sujeita à aversão ao risco.

A representação gráfica deste argumento pode ser vista na figura abaixo.



A produção total da indústria fica plotada no eixo das abscissas; o eixo das ordenadas mede o custo médio unitário de uma parcela de produção.

A produção das várias firmas é combinada em ordem decrescente de seus custos,⁶ a curva de custo da indústria será DC , supondo-se preços rígidos de oligopólio a curva de preço será DE ; como o preço pode não ser exatamente o mesmo para totalidade das empresas de indústria — ao invés de um preço único há um sistema de preços — poderá ser tanto menor quanto menor for o custo da firma, obtém-se, assim, uma curva decrescente. O declínio desta não será tão acentuado como o da curva de custo e, conseqüentemente, a margem de lucro, que é a diferença vertical entre as duas curvas, será crescente com os custos decrescentes. Os esforços de venda serão medidos por EF , quando se supõe a homogeneidade dos produtos. A margem de lucro total da indústria será a área CDE .

Suponha-se, agora, que as firmas dinâmicas reduzam seus custos e que essa redução de custos afete somente a capacidade adicional⁷ que as firmas constituíram, a fim de satisfazer uma demanda em expansão na indústria. A produção da indústria passou de AB para AB' ; e o novo nível de produção tem um custo unitário menor que qualquer outro. Se a curva de preços se prolongar até E' , então a margem de lucro na nova produção aumentará para $C'E'$. Deve-se concluir que a margem média de lucros, em proporção ao custo ou preço, aumentará na indústria. Caso este aumento ultrapasse um certo nível e signifique uma taxa de acumulação interna maior do que os fundos necessários para a expansão da indústria como um todo, estabelecer-se-á, então, uma luta competitiva. O preço do produtor que opera a custos mais baixos é reduzido de $B'E$ para $B'H$, e a pressão exercida pelo preço

6 Precisa-se considerar um grande número de firmas para que se possa trabalhar com curvas contínuas.

7 Esta hipótese é bastante simplificadora, pois supõe que o processo técnico só atinge uma parte do processo de produção; a nível empírico, porém, parece bastante aceitável, já que a firma não reconstrói uma planta quando faz uma expansão e sim trabalha, concomitantemente, com máquinas velhas e novas.

é passada para o produtor que opera a custos mais altos, de modo que a curva de preço $D E'$ é deslocada para baixo; isso acarreta eliminação dos produtores com custos mais altos $A I$. Conseqüentemente, a margem de lucro será a área $C' G H'$. Esta área pode ser maior ou igual a $C D E$, mas será, certamente, menor do que $D C' E'$.

A análise gráfica nos mostra como uma redução de custos das firmas dinâmicas aumenta o lucro diferencial e como uma acumulação interna excessiva leva à eliminação de firmas de alto custo e tende a reduzir, novamente, o lucro diferencial.

Este mecanismo indica algo sobre o desenvolvimento do capitalismo. Sabe-se que, na maioria das indústrias, a produtividade aumenta continuamente e que os custos são reduzidos por inovações técnicas, lideradas por algumas firmas que se chamou de firmas dinâmicas;⁸ mais tarde estes métodos ficam difundidos e imitados por outras empresas. O importante é que nem todas podem incorporar esta tecnologia concomitantemente, ou seja, sempre haverá firmas que trabalham com uma estrutura de custo menor que as outras.

O argumento é que um lucro diferencial crescente em uma indústria levará a uma crescente taxa de acumulação interna, e que esse, por sua vez, acarretará um aumento da capacidade. Se aquela taxa for maior do que a expansão da demanda da indústria, a *concentração absoluta* deverá ocorrer. Se o lucro diferencial aumenta pela adoção de nova tecnologia, que propicia vantagem pelo lado do custo diferencial, a taxa de lucro do capital empregado crescerá, a menos que aumente a intensidade do capital, o que compensará os lucros crescentes. Se a taxa de lucro do capital empregado cresce, então a taxa de lucro (exclusive os juros pagos) dos fundos da firma também cresce, a não ser que haja uma modificação na proporção do capital emprestado. Se a taxa de lucro da firma aumenta, então a proporção da poupança no lucro também cresce. Tem-se, portanto, que um aumento no lucro diferencial, a menos que seja compensado por uma utilização mais intensa do capital, terá por conseqüência um aumento na taxa de acumulação interna.

O lucro diferencial pode alterar-se tanto por uma mudança na utilização da capacidade, sem que a estrutura de custos e preços se modifique, quanto num dado nível de utilização de capacidade. O segundo caso é mais significativo para a análise em questão. Formulando analiticamente o que foi dito e tomando-se:

S — Volume das vendas

g — *gearing ratio* — é o estoque de capital sobre o capital próprio da empresa.

k — Intensidade do capital — relação capital produto considerada, no caso, como a relação entre o estoque de capital e a capacidade plena de produção.

C — Capital empresarial (fundos próprios).

u — Grau de utilização de capacidade — relação entre as vendas e a capacidade produtiva ($1 - u$ é o excesso de capacidade).

$$S = u \frac{1}{k} \cdot g \cdot C \quad (1)$$

⁸ Não são, necessariamente, aquelas de maior tamanho.

Aplicando logaritmo derivando em relação ao tempo tem-se:

$$R = u' - k' + g' + \alpha \quad (2)$$

$$\frac{ds}{dt}/s = R \quad \text{Taxa de variação das vendas}$$

$$\frac{du}{dt}/u = u' \quad \text{Taxa de variação do grau de utilização}$$

$$\frac{dk}{dt}/k = k' \quad \text{Taxa de variação da intensidade do capital}$$

$$\frac{dC}{dt}/C = \alpha \quad \text{Taxa de acumulação do capital}$$

$$\frac{dg}{dt}/g = g' \quad \text{Taxa de variação do } \textit{gearing ratio}.$$

Esta equação denota o comportamento de uma indústria em "equilíbrio", ou seja, quando não há o processo de concentração absoluta.

Quando ocorre a eliminação, pode-se aplicar a equação acima para as firmas que permaneceram no final do período. O aumento nas vendas destas firmas R' resultará de dois fatores: o crescimento nas vendas de toda a indústria, R , e a parcela das vendas das firmas eliminadas em relação às vendas totais da indústria L .

$R' = R + L$ e substituindo em (2) tem-se que

$$R = u' + g' - k' - L + \alpha \quad (3)$$

Para todas as firmas tomadas como um grupo, a taxa de acumulação é limitada pela taxa de expansão da indústria.⁹ A medida que as firmas dinâmicas introduzem inovações, reduzindo seus custos e ampliando o lucro diferencial, há um aumento do lucro diferencial de toda a indústria e, portanto, um aumento na acumulação da taxa interna, acima do nível necessário para financiar a expansão ocorrida na indústria. As firmas dinâmicas expulsam as firmas marginais para ganhar um mercado maior. Isto pode ser visto na equação (3): um aumento temporário de α será compensado pelo aparecimento de um $L >$ do que zero.

Quando o sistema retoma o "equilíbrio", ou seja, quando cessa a eliminação, L fica igual a zero e α volta ao nível de "equilíbrio". O que significa que a margem média de lucros na indústria que tinha subido com as reduções de custo nas firmas dinâmicas, foi, gradualmente, reduzida pela competição acirrada na qual a concentração absoluta é apenas um aspecto.

Em "equilíbrio", a taxa de acumulação interna é determinada preponderantemente pela taxa de expansão da indústria, desde que se considere g' , k' e u' constantes.

No caso de insuficiência da demanda a equação (2) demonstra que α pode crescer com uma diminuição de u' , com um aumento de k' e um decréscimo de g' .

⁹ Já que se se supõe que o total dos investimentos ocorre na própria indústria.

Uma tecnologia intensiva em capital pode aumentar a taxa de acumulação na indústria da mesma forma que a expansão da demanda, desde que a intensidade do capital k' atinja um nível mais alto. Sendo assim, o problema da realização pode ser resolvido pela incorporação de progresso técnico redutor de custos que garantirá uma taxa de acumulação crescente. A única restrição à contínua incorporação de tecnologia seria a disponibilidade de inovações. Esta colocação é bastante próxima à de Marx, quando este analisa o processo de depreciação ou desvalorização do capital constante como uma forma de contrabalançar a tendência decrescente da taxa de lucro. Para Steindl o progresso técnico inovador não atua sobre a composição orgânica do capital, mas sobre a demanda efetiva, na medida em que pode substituir a função exercida pelas firmas marginais.

Se o *gearing ratio* diminuir, a taxa de acumulação crescerá sem um correspondente aumento no investimento, desde que os fundos adicionais sejam usados para pagar débitos ou investimentos em títulos que reduzirão g' . A lucratividade dos novos investimentos e os riscos a eles associados determinarão se haverá inversão em capacidade produtiva — g' vai aumentar ou investir-se-á no mercado de títulos — g' decresce.

O grau de utilização da capacidade produtiva também pode se modificar, já que com a introdução de inovações técnicas se faz uso de novos processos de produção. Mas é pouco provável que os empresários invistam em excesso de capacidade acima do nível deliberado. O que pode ocorrer na prática é que, durante um lento processo de concentração absoluta, aumente a capacidade ociosa indesejada, mas, logo após, se restabeleça o nível da capacidade ociosa planejada.

Resumindo, numa situação de “equilíbrio” a taxa de acumulação interna nas indústrias competitivas é limitada superiormente pela taxa de expansão da indústria e pela taxa de intensificação do capital. A margem de lucro a um dado nível de utilização de capacidade (dado a propensão a poupar) é limitada por estes fatores. Se este limite superior vai ser alcançado ou não, é um outro problema. Tem que se supor um progresso técnico razoável e contínuo da indústria.

Por outro lado, se a taxa de expansão da indústria for excepcionalmente alta, a acumulação interna pode se tornar insuficiente para financiar esta expansão. A pressão competitiva diminuirá e firmas marginais aumentarão os seus lucros além do “lucro normal”. Novas empresas poderão entrar na indústria. Neste caso, a margem de lucro não atingirá o máximo, já que parte da expansão será devida ao aumento do grau de utilização de capacidade e entrada de novas firmas.

Nas Indústrias Monopólicas

Numa indústria madura onde o oligopólio já se cristalizou, a fatia de mercado de cada empresa é relativamente estável. Neste tipo de mercado, os produtores marginais (aqueles de custo unitário mais elevado) utilizam capital de grande porte e podem deter “lucros anormais” — já que a entrada de novas firmas na indústria é bastante restrita. Nestas circunstâncias, a eliminação de empresas via corte de preço ou mesmo modificações de qualidade, será ineficaz, já que as empresas marginais acumulam poupança e podem reduzir o seu lucro para o nível de “lucro normal” quando a competição for acirrada.

Para que a eliminação se concretize, o esforço de vendas por parte das empresas dinâmicas tem que ser considerável e, a não ser que as reduções de custo obtidas via incorporação do progresso técnico sejam

significativas, o processo de eliminação envolve uma considerável redução do lucro diferencial e, por conseqüência, da taxa de lucro na indústria.

As contradições entre o potencial de acumulação e a realização dinâmica deste potencial são maiores nas indústrias monopólicas, já que a eliminação de capital deixa de ser viável, ficando sujeitas, predominantemente, pelo crescimento da demanda. Quando a situação é de insuficiência de demanda, há uma tendência a subutilizar a capacidade, e o temor pelo excesso de capacidade passa a dominar as decisões de inversão dos empresários.

Pontos Críticos na Formulação de Steindl

O Problema da Intensidade do Capital

Steindl afirma que nas indústrias competitivas a taxa de acumulação interna do capital é limitada, superiormente, pela taxa de expansão da indústria e pela taxa de intensidade do capital (relação capital/produção). Quando a demanda é insuficiente, o lucro pode crescer via incorporação de progresso técnico.

“Se a margem do lucro aumentar devido a adoção de novas técnicas que dão uma vantagem ao custo diferencial, então a taxa de lucro do capital empregado vai, também, crescer, a menos que haja um aumento na intensidade do capital que venha a compensar um aumento nos lucros.”¹⁰

Considerando-se a taxa de crescimento de demanda dada, “se a taxa de intensidade do capital (k) aumentar para um nível mais alto, isto é, se o aumento do capital por unidade de capacidade de produção ocorre mais rapidamente, então a acumulação do capital (α) pode crescer correspondentemente.”¹¹

Concorda-se com a primeira afirmação: a lucratividade do novo investimento vai depender da relação capital produto, já que a proporcional redução no custo dividida pelo aumento (quando ocorrer) na relação capital-produto, não pode ser menor que a margem de lucro inicial; caso contrário, a taxa de lucro do capital diminuirá.

Quanto à segunda afirmação o autor incorre num erro, pois supõe que uma expansão do equipamento terá, por conseqüência, um aumento na relação capital-produto, ou seja, a introdução de uma tecnologia intensiva em capital acarreta um acréscimo na taxa de intensividade do capital. Ao contrário, dados de engenharia comprovam que o aumento da escala de produção corresponde a uma relação capital-produto decrescente, que é conseqüência das economias de escala. Sendo assim, feito um investimento e passado o seu tempo de maturação, a produção irá crescer num valor mais que proporcional ao estoque de capital.¹²

Além disso, deve-se considerar uma modificação na capacidade produtiva implícita no novo investimento. Se isto ocorrer, e é provável que ocorra, já que é difícil “descongelar” o capital já investido, o grau de utilização da capacidade (u) vai variar, a não ser que as vendas aumentem. O que não é de se esperar, pois a taxa de crescimento da demanda não se modifica.

10 *Maturity and Stagnation* ... pág. 45.

11 *Ibid.*, pág. 48.

12 Não se consideram as deseconomias de escala, já que em condições de taxa de crescimento de demanda constante não irá se investir para um aumento do custo.

A longo prazo, o problema persiste e ainda se agrava, seja pelas razões expostas acima seja pela invalidade de comparação, dado que o preço dos equipamentos e dos salários se modificam. Usando, por exemplo, os dados de Simon Kuznetz,¹³ a relação capital-produto para a economia americana como um todo, tem permanecido constante a longo tempo.

Na realidade, Steindl quis mostrar que o lucro diferencial aumenta com as inovações e que está, portanto, limitado por um progresso técnico contínuo na indústria. A análise mostra que a introdução de um novo método de produção pode ocorrer como consequência da competição intercapitalista e independe de uma modificação nos salários e dos preços do equipamento, refutando a função de produção neoclássica. Houve, outrossim, uma escolha errada da variável indicadora da incorporação de inovações a processo produtivo: uma relação capital-produto crescente pode ser ou não consequência do uso mais intensivo do capital, ainda que seja eficaz para determinar as condições de lucratividade do novo investimento.

O que determina a propensão a poupar da firma?

A interpretação de Steindl leva em conta a poupança interna das firmas como função do lucro sem explicitar o que determinará a repartição deste último em lucros retidos e dividendos. A taxa de acumulação interna, variável, significativa para financiamento dos investimentos, é definida como a variação percentual do capital próprio da firma. O capital próprio é o capital privado dos empresários, quando se trata de uma sociedade de responsabilidade limitada, e capital mais reservas, sendo uma sociedade anônima. No primeiro caso, não há dificuldade para a determinação da taxa de acumulação interna, a propensão a poupar da firma, já que se pode utilizar a equação Kaleckiana.¹⁴

$$\alpha = (p - a) (1 - \lambda) \text{ onde,}$$

p é a taxa de lucro líquido

a é o consumo dos capitalistas expresso em relação ao capital, $(1 - \lambda)$ é a proporção do lucro em excesso do que foi consumido. λ é o consumo de outros bens com o aumento do lucro. Segue-se a idéia de que o empresário capitalista tem um nível de consumo básico que depende do seu volume de capital, o consumo adicional será função de uma porção do lucro.

Sendo assim, a magnitude de a e λ descrevem a propensão a poupar do empresário, que se mantém consideravelmente constante no curto prazo, ainda que tenha uma tendência a se modificar num período mais longo.

Quando se trata, porém, de uma sociedade anônima, caso mais comum do atual estágio do capitalismo, há uma desvinculação entre o capitalista e o poder de decisão da firma. Sendo assim, o modelo formulado por Kalecki não serve como explicação, pois, dado um determinado lucro, a distribuição dos dividendos independe do consumo do capitalista, passando a ser função das decisões da tecnoestrutura.¹⁵

13 Capital in *American Economy*.

14 *Studies in Economics Dynamics*.

15 John Keneth Galbreith "O novo Estado Industrial".

“Mas a grande companhia fornece uma proteção muito mais específica à tecnoestrutura, pelo fornecimento que lhe faz de uma fonte de capital derivada de seus próprios ganhos, a qual fica inteiramente sob o controle da própria tecnoestrutura... Ninguém, à exceção do acionista geralmente inofensivo, tem o direito de inquirir a respeito de um investimento feito com lucros retidos e que tenha sido mal sucedido. É difícil superestimar a importância de tal fonte de capital. Poucos (outros) acontecimentos alteraram mais fundamentalmente o caráter do capitalismo e não é de surpreender que os lucros retidos pelas sociedades anônimas se tenham tornado uma fonte de capital tão avassaladoramente importante.”

Supondo-se que a firma paga uma taxa mínima de dividendos para satisfazer as expectativas de retorno do mercado de ações, o nível esperado de dividendos depende de vários fatores como a taxa de juros do mercado monetário, os níveis de dividendos pagos no passado e das expectativas de crescimento da empresa. Em geral, as empresas com boas perspectivas de expansão obtêm altos níveis de valorização no mercado e podem pagar somente um mínimo de dividendos e reter fundos para financiar os projetos de expansão.